

DA PERIFERIA À UNIVERSIDADE: AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS E POBRESDaiane Oliveira da Silva¹Hylio Lagana Fernandes²

Resumo: No Brasil o jovem pobre, negro e de periferia, encontra muitas barreiras impostas pela condição de vida, que o impossibilita até mesmo de sonhar em ter uma ascensão social pela via do estudo. Muitas vezes estudar é ter que optar em deixar de trabalhar e contribuir para a renda de sua família. Deste cenário alguns conseguem se sobressair quando têm oportunidade. Esta oportunidade é o cerne da mudança de vida e fator determinante para uma emancipação política e social do sujeito. Nessa perspectiva se faz muito importantes ações afirmativas, que garantem reserva de vagas para ingresso e bolsas auxílio para manutenção do estudante durante o curso. Em 7 de agosto de 2012 o Senado brasileiro aprovou a Lei das Cotas, que reserva 50% das vagas em Instituições de Ensino Superior (IES) para estudantes de escolas públicas, combinando também critérios étnicos, raciais e sociais. Porém mesmo antes da aprovação dessa lei, diversas IES praticavam ações afirmativas, como é o caso da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Neste trabalho apresentamos a história e reflexões de uma estudante negra de periferia, que com muito trabalho, dedicação e auxílio de ações afirmativas supera suas dificuldades e se forma no ensino superior.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Ensino Superior. Permanência. Ascensão Social.

Abstract: In Brazil the young poor and black have many barriers imposed by the condition of life, making it impossible even to dream of having a social ascent via the study. Often studying is to have to opt into stop working and contributing to the income of the family. This scenario some manage to excel when they have the opportunity. This opportunity is at the heart of life-changing factor for social and political emancipation of the subject. This perspective is very important make affirmative action to ensure quotas for admission and scholarships aid for maintenance of the student during the course. On August 7, 2012 the Brazilian Senate

¹ Docente da Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba. E-mail: daioliveira_nutri@yahoo.com.br

² Docente da Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba. E-mail: hylolafer@gmail.com

approved the Law of Quotas, which reserves 50% of seats in Higher Education Institutions (HEIs) to public school students, also combining criteria ethnic, racial and social. But even before the passage of this law, several HEIs practice affirmative action, such as the Federal University of São Carlos (UFSCar). We present the history and reflections of a black student periphery that with hard work, dedication and support of affirmative action overcomes his difficulties and forms in higher education.

Keywords: Affirmative Actions. Higher Education. Permanence. Social Mobility.

... "não significa que os oprimidos são se saibam oprimidos, mas sim que estão tão imersos nessa situação que não a percebem"

Paulo Freire

Situando a questão

No Brasil o acesso à universidade pública é restrito, e há dificuldades ainda maiores para o jovem pobre, negro e de periferia, em função de uma formação escolar muitas vezes deficiente, e ainda pela carencia de informações sobre o ensino superior gratuito. Esta questão combinada com as condições de vida na qual está imerso esse jovem, muitas vezes constricto a trabalhar para incrementar o orçamento familiar, o impossibilita até mesmo de almejar uma ascensão social pela via do estudo (Queiroz, 2006).

Ness contexto ven a tona a questão de criar possibilidades para os estudantes negros na universidade pública, historicamente excluídos deste espaço pelas classes dominantes (Fausto, 2001), como decorrência de interesses econômicos, da manutenção da estrutura de poder da sociedade e de um racismo atualmente velado (Queiroz, 2006); mais do que incluir os negros na universidade, é necesario o reconhecimento do

DA PERIFERIA À UNIVERSIDADE: AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS E POBRES

direito a diferença e também garantir que tenham condições de prosseguir com seus estudos até a conclusão do curso (Piovesan, 2008).

Portanto se faz necessário vislumbrar que existem peculiaridades que devem ser consideradas para a garantia de direitos que foram violados, o que exige uma resposta específica. Nesse embate surgem as Ações Afirmativas, que passam a utilizar a diferença não para a retirada de direitos, mas sim para promovê-los. Norberto Bobbio (1992) afirma ainda que o problema da contemporaneidade não se encontra na definição do que vem a ser um direito deste ou daquele, mas no modo como estes direitos podem ser garantidos.

A oportunidade através do estudo pode ser o centro da mudança de vida e fator determinante para uma emancipação política e social do sujeito: para que o sujeito supere sua condição de oprimido, é preciso a tomada de consciência e reflexão sobre a realidade em que vive, podendo a partir disso questionar sua situação (Freire, 2011); nesse ponto a educação pode contribuir num sentido verdadeiramente emancipador.

Freire (2011) faz refletir como é importante que o sujeito que supera sua condição de oprimido não reproduza acriticamente o pensamento hegemônico, que justamente é aquele que mantém a ordem social. É preciso que uma vez superadas suas próprias dificuldades o sujeito, antes oprimido, não passe a exercer o papel de opressor. D e v e m o s entender nesse processo o papel da educação emancipatória em todos os níveis, desde a educação básica até a superior. Com relação à educação básica no Brasil, esta passa a ser sucateada durante o regime militar, muito embora “o acesso ao ensino fundamental tenha sido ampliado”, de forma que “a grande maioria dos jovens em idade escolar passou a ter possibilidade de estudar” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2010, p. 138.).

Porém, devido à influência de diversos fatores de uma realidade complexa, como a influência de questões políticas, sociais, culturais, regionais, fazem com que nem sempre a educação pública oferecida tenha qualidade. Devido a estas características da educação pública, as elites brasileiras, e mesmo parcelas da população que tenham condições financeiras melhores, matriculam seus filhos em escolas particulares, que

(supostamente) oferecem uma educação com maior qualidade.

Um dos fatores de dificuldade de acesso ao ensino superior é a própria educação básica, uma vez que a lógica imposta por esse sistema exclui as camadas mais pobres, que não tem acesso a uma educação “com qualidade”. A concorrência (desleal) no ingresso ao ensino superior tem suporte estrutural: as vagas oferecidas em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas são relativamente poucas; segundo dados do Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil (GEA), “em 2010 havia no país 6,3 milhões de estudantes nesse nível de ensino, sendo que 74,8% das matrículas estão em instituições privadas e 25,2% em instituições públicas” (GEA, 2012): ou seja, apenas cerca de 2% da população brasileira em idade escolar tem vagas em IES públicas. Desses a grande maioria rica e branca. Pobres em geral, e negros especificamente, pareciam excluídos desse contexto até bem recentemente.

Uma grande contradição fica explícita: a população empobrecida tem acesso a um ensino básico público com baixa qualidade, mas está excluída de um ensino superior público com alta qualidade (inclusive competitivo internacionalmente) devido a dificuldade de acesso às vagas das IES públicas, que acabam sendo preenchidas por estudantes que tiveram uma formação básica mais “consistente” – e portanto estão mais aptos a passar nas provas vestibulares.

Com a intenção de promover a inclusão no ensino superior, e para romper o círculo vicioso mantido nessa lógica, pressionados por movimentos populares (em especial merece destaque o protagonismo do Movimento Negro), são propostas e discutidas há alguns anos Ações Afirmativas em diversas IES. Os resultados têm aparecido: atualmente 72% das universidades públicas brasileiras tem algum tipo de ação afirmativa (FERES JR, 2012).

A década de 60 no Brasil é marcada por diversos tipos de repressões e torturas a organizações operárias, camponesas, estudantil e que chegam a atingir também os negros. Na década de 70 começa a ganhar força o Movimento Negro, com grupos que passaram a discutir as questões históricas e a resgatar a cultura negra no Brasil e a lutar por igualdades de direitos e a luta por cotas nas universidades.

As concepções correlacionadas às Ações Afirmativas ainda

ARTIGO

DA PERIFERIA À UNIVERSIDADE: AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS E POBRES

hoje suscitam polêmicas nos mais diversos meios. Há quem as acuse como um privilégio que transgride a igualdade de todos garantida pela lei, quem as denigra associando a uma idéia de assistencialismo, quem afirma que não vai resolver o problema que pretende enfrentar, quem as defenda como instrumento de transformação (LAGANA 2011). O que as ações afirmativas significam na vida das pessoas que as usufruem? Em que medida elas podem colaborar para mitigar na sociedade brasileira o efeito da exclusão histórica de minorias? Procuramos discutir nesse artigo, a partir da vivência de uma estudante negra que usufruiu do programa de ações afirmativas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), como essas propostas podem interferir nas vidas dos estudantes universitários, e o que isso pode significar não apenas para os indivíduos favorecidos, mas também para suas comunidades de origem.

Ações Afirmativas na Ufscar-Sorocaba

O Senado Federal do Brasil aprovou, em agosto de 2012, um projeto de lei que preve a reserva de 50% das vagas em IES para *estudantes oriundos de escolas públicas, combinando também critérios étnicos, raciais e sociais* (CARA, 2012).

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) pratica, desde 2008, políticas inclusivas em seus três *campi*, com o Programa de Ações Afirmativas atuando em diversos momentos da vida estudantil e com estratégias variadas: desde antes do ingresso no curso, oferecendo sistema de cotas de vagas e isenção de taxas de inscrição, até a garantia da manutenção dos estudantes durante a graduação com projetos que oferecem bolsas-auxílio. É apontado como um objetivo explícito:

“Ampliar o acesso, aos Cursos de Graduação, oferecidos pela UFSCar, de candidatos que tenham cursado o Ensino Médio integralmente na rede pública (municipal, estadual, federal) e dentre estes candidatos negros/as, com adequada proporcionalidade no competente processo seletivo.” (UFSCar, 2012)

Para efetivação dessa proposta foi estabelecido um cronograma de implantação, visando adequar gradualmente a mudança: de 2008 a 2010, o Ingresso por Reserva de Vagas disponibilizará 20% das vagas de cada curso de graduação a egressos do Ensino Médio, cursado integralmente em escolas

públicas. Em 2011-2012 a porcentagem passa a ser 40% e a partir de 2013, 50%. Deste percentual, 35% serão ocupados por candidatos negros/as.

Para candidatos/as indígenas será disponibilizada uma vaga por curso de graduação, além do número total de vagas. Esta vaga não será cumulativa, caso não venha a ser preenchida.

Nota-se nesse contexto uma antecipação das ações por parte da UFSCar, em relação a legislação federal. Além disso, o programa oferece bolsas-auxílio para garantir a permanência desses estudantes. Contudo investigações têm apontado que não é suficiente oferecer as vagas se não houver divulgação dessa informação aos interessados:

Um estudo levado a cabo em 2009 nas cidades de Sorocaba, Itu, Mairinque e Embu, no interior do estado de São Paulo/Brasil, desvela um outro fator de exclusão apontado por Silva (2009): a grande maioria dos quase 2 mil estudantes de escolas públicas entrevistados nessas localidades desconheciam a gratuidade do ensino público superior. Estes estudantes acreditam que todas as universidades são pagas, e portanto fazer um curso superior requer dinheiro. Não basta, portanto, oferecer subsídios para estudantes pobres estudar: é preciso também fazer com que estas informações cheguem ao conhecimento de toda sociedade. A seguir apresentamos a narrativa de Daiane, marcada com *itálico*, a partir da qual dialogamos para tecer algumas considerações sobre a educação e condição social no Brasil - e possibilidades de mudança.

Como fonte de dados e análise partimos da narrativa - e (auto) reflexões - de uma estudante negra e pobre sobre sua própria trajetória de vida, utilizando como marco teórico a perspectiva do método autobiográfico (Nóvoa, 2010). Tentamos elucidar, a partir dessas narrativas e reflexões, o papel do Programa de Ações Afirmativas como transformador da realidade brasileira, na medida em que possibilita para estudantes de minorias excluídas da sociedade a superação de dificuldades financeiras para cursar ensino superior. Mas sem perder o foco no retorno social, verdadeiramente emancipatório e transformador, que deve acontecer na comunidade de origem. Muito ainda há para ser feito, mas o trabalho para uma mudança de base já começou.

Este método permite que o autor expresse suas emoções, sua trajetória, dando sentido a um contexto mais universal do

DA PERIFERIA À UNIVERSIDADE: AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS E POBRES

assunto que se queira discutir, neste caso as Ações Afirmativas dentro das Universidades, possibilitando uma reflexão de sua história passada, o que lhe auxiliará na sua formação como pessoa, fornecendo-lhe subsídios na construção de sua identidade (Nóvoa, 1998), bem como influenciando de maneira decisiva na experiência que venha a ter. Pois é esta maneira de ver e de agir do docente, que para Nóvoa (1998) constitui uma espécie de segunda pele para o profissional. Na abordagem narrativa autobiográfica o sujeito é o centro do estudo, em sua singularidade. Para Nóvoa, 1998 este tipo de pesquisa é uma forma de valorizar a experiência vivida, onde o educador passa então a ser visto como um ser plural.

O método autobiográfico (NOVOA & FINGER, 2010) mostra, nesse trabalho, sua dualidade: permite a análise de uma narrativa de vida, identificando no diálogo com outros conhecimentos seus elementos mais significativos, ao mesmo tempo em que promove a formação do sujeito da narrativa, no exercício de sistematização e reflexão desse percurso. No método auto-biográfico, ao trazer o passado proporciona o entendimento do presente podendo trazer respostas de algumas perguntas que antes o docente se fazia mais que não entendia de onde partir para entendê-las (BOLÍVAR, 2002, p. 175-176).

Uma jovem negra na periferia

As experiências vividas estão fortemente articuladas com as questões teóricas, pois através da subjetividade pode-se ampliar o debate sobre diversas questões no tocante a educação. É neste sentido que este trabalho, preocupado com as melhorias na educação e superação de dificuldades pelo indivíduo, busca retratar a história de uma estudante negra que em sua vida pode constatar como o negro é marginalizado na sociedade, seja em sua vida cotidiana, ensino básico ou superior.

Antes de começar a narrativa é importante destacar a motivação deste trabalho, o que parte da relação professor-aluno, configurando-se na perspectiva da aproximação do outro, visando transformar bem como ser transformado. Relação esta que se deu nas diferentes disciplinas pedagógicas e supervisão de estágio, surgindo nestas informações escritas e orais da trajetória de Daiane; estudante de Ciências biológicas da

Universidade Federal de São Carlos- Campus Sorocaba; bem como em conversas informais dentro e fora do ambiente acadêmico:

Na minha situação em questão quando estava ainda no ensino médio pensava, quando muito, em fazer um curso profissionalizante e inserir-me no mercado de trabalho, ganhando um salário que mantivesse minhas necessidades. Com relação ao emprego este serviria para que eu tivesse algo na vida, isso porque desde a infância meus pais me ensinaram que trabalhar era o único caminho para “ ser alguém na vida”.

Nesta época não possuía uma consciência mais ampla, de forma que o motivo que fazia com que quisesse trabalhar era o de conseguir dinheiro para sair com meus amigos. Neste momento nem cogitava a idéia de sair da escola para cursar uma universidade, isso inclusive porque não sabia como funcionava. Desconhecia qualquer pessoa em meu bairro que houvesse cursado uma universidade ou mesmo passado num vestibular.

A cidade de Guarulhos, origem da autora, situa-se na região metropolitana de São Paulo e possui a segunda maior população do estado, com mais de um milhão de habitantes. Nesta cidade existem alguns bairros onde falta saneamento básico, o esgoto corre a céu aberto e há falta de hospitais que atendam a população. As universidades públicas são uma realidade distante, existe apenas uma em toda cidade, que foi instalada apenas no ano de 2007. Com todas estas questões eu acreditava que estudar em uma universidade era coisa pra rico que pode custear os estudos do filho, podendo este dedicar-se somente para tal finalidade, o que torna as coisas mais fáceis.

Pensar assim contribuiu para que não buscasse saber o que vinha ser uma universidade pública e não imaginava, por exemplo, que a USP (Universidade de São Paulo²) era gratuita, da mesma forma como desconhecia os processos para ingressar em uma universidade pública - e portanto não almejava entrar em uma.

Essa constatação corrobora com o estudo que Silva (2009) efetuou em outras cidades do interior paulista: a exclusão se dá pelo desconhecimento do sistema de ensino superior.

² A USP é uma renomada universidade estadual.

DA PERIFERIA À UNIVERSIDADE: AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS E POBRES

Antes mesmo de pensar se gostariam ou não de ingressar em um curso superior, os jovens são barrados, pois não veem a possibilidade concreta de estudar numa universidade. Como poderia se dar a superação dessa dificuldade?

Esta falta de interesse em entrar em uma universidade pública, tão sonhada por muitos, era fruto de duas ideias centrais consideradas pertinentes para mim. A primeira delas é consequência do fato já citado, ou seja, desconhecer como entrar e o que vinha a ser uma universidade. A segunda era a descrença em acreditar que uma aluna negra de periferia, advindo de um ensino básico público falido pelo modo de produção capitalista, poderia sequer sonhar em entrar em uma universidade. Essa descrença era reforçada por uma professora substituta de minha escola que era negra, que por algum motivo, tinha grandes frustrações com o tipo de universidade que estudou. Esta professora tinha um discurso assim: “Imagina até parece que um aluno de escola pública, ainda mais negro, consegue entrar na universidade”. Sob a influencia dessa professora passei a acreditar ainda mais que lugar de pobre era fora da universidade.

Essa professora reproduz o sistema: mesmo tendo superado suas (supostas) dificuldades, ao chegar num ponto de relativo destaque não se volta para romper a lógica e ajudar sua comunidade; antes, dá um tom derrotista, capaz de desestimular qualquer esperança de sonho dos jovens para quem leciona. Uma professora cujo processo educativo provavelmente não foi emancipatório.

Desta forma a culpa não está nela enquanto sujeito, mais é resultando de uma lógica do capital, que faz com que as pessoas não sejam críticas, pois esta criticidade não é bem quista para aqueles que desejam ter o poder (SAVIANI, 1994).

Deixei de morar com a minha vó devido ela ter sofrido um acidente vascular cerebral, e não podia por isso passar por nenhum estresse, então passei a morar com minha mãe, que havia se casado novamente a pouco. Morando na casa do meu padrasto conheci os filhos dele: o rapaz não gostava de estudar e assim como eu não acreditava que conseguiria adentrar em uma universidade; já a irmã mais velha estava estudando em um cursinho comunitário do meu bairro. Ao término do ano ela passou na universidade, despertando no seu irmão a vontade de conseguir o mesmo. Por tal motivo ele entrou no cursinho e

permaneceu no mesmo por dois anos, e ao fim destes passou em seis universidades. Vendo tal fato percebi que era possível e o tomei como espelho, animando-me a estudar e sonhar em fazer uma universidade pública.

A informação inicial, nesse caso, foi dos irmãos. A própria experiência deles mostrou: é possível entrar em uma universidade! É possível fazer um curso superior! Mas esses irmãos, ou antes, a irmã mais velha: ambos vivem na mesma realidade alienante, como ela teve as informações e a possibilidade? Há, nesse bairro, um cursinho comunitário. É importante entendermos como ele funciona, o que propicia para a comunidade. Para mais que isso é preciso entender que as políticas públicas tem fundamental importância neste processo, porque de nada vale a informação, a vontade de querer mudar a realidade e a informação seja via cursinho, seja por meio da própria experiência de outras pessoas que conseguiram mesmo com suas limitações passar no vestibular, daí retomamos a importância das Ações Afirmativas, e ressaltamos a necessidade de se implementar outras medidas juntamente a esta.

Minha preocupação no instante que entrei no cursinho passou a ser como estudar para recuperar os 11 anos que havia passado pela escola básica sem aprender quase nada, e trabalhar para manter os gastos que teria com material, inscrições em vestibular, etc. Minha mãe decidiu que eu não trabalharia no tempo que permanecesse no cursinho comunitário, até porque esta era uma das exigências para estudar lá. Passei a me dedicar exclusivamente para os estudos, estudando cerca de 12 horas todos os dias. Nesta época deixei de ter tempo para tudo e para todos, me afastando até da minha família. Passava todos os dias cerca de 6 horas no cursinho. Muitas vezes não tinha tempo nem para me alimentar direito, porque ficava muito cansada.

Este cursinho tem um caráter fortemente comunitário e se auto-sustenta. Ele é mantido com um projeto de reciclagem montado por ex-alunos, que já cursam a universidade e dão aula como voluntários. Este projeto era integrado a uma cooperativa de reciclagem do bairro: os materiais recicláveis eram coletados por todos os alunos que estudavam lá, como forma de contribuir. O dinheiro arrecadado ajuda a manutenção do espaço, mas também é utilizado para custear os gastos iniciais dos alunos que passam em universidades no interior, como forma de auxiliá-los nos gastos iniciais, porque num primeiro momento

ARTIGO

DA PERIFERIA À UNIVERSIDADE: AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS E POBRES

é difícil conseguir bolsa de permanência em uma universidade. Para custear fotocópias e alimentação cada aluno faz uma contribuição mensal de dez reais. *Com relação às inscrições no vestibular, grande preocupação de todos, tínhamos orientação de pedir isenção.*

Este cursinho, fora estas ajudas, também contribuiu muito para que eu não desistisse por estar com dificuldades em aprender devido a defasagem que tinha de estudo: lá percebi que muitas pessoas tinham as mesmas dificuldades que eu, e isso me motivava a querer continuar. Porque muitas vezes, achava que aquelas dificuldades eram só minhas, e por isso acaba achando em dados momentos que não ia conseguir. Com o passar do tempo fui vendo que com muita dedicação e deixando a ansiedade um pouco de lado o sonho podia se concretizar. E foi neste momento ainda que descobri que as dificuldades fazem parte do processo. E aquela sensação de ter que se sair bem na prova para poder passar no vestibular é um tanto angustiante, mas saber que isso trará frutos lá na frente e que tem pessoas que torcem para que você consiga é uma sensação muito boa. E esse incentivo eu encontrei muito no projeto do cursinho, não só incentivo, mas acreditar, e isso foi fundamental. Porque ter uma pessoa que acredita em você quando nem você nem as outras pessoas acreditam é muito importante, é o que faz continuar, porque quando começamos a estudar a gente tem uma estima baixa, porque é neste momento que você percebe as dificuldades que você tem.

O fato de não ter preocupações com os custos nos estudos fez com que eu passasse a focar minha atenção na escolha do curso. O que eu realmente gostaria de prestar era gastronomia, mas não tinha em universidades públicas próximas, a única que tinha era na região nordeste do Brasil, e eu não tinha condições de me manter lá; pensei então em fazer algum curso mais relacionado à alimentação; com isso acabei prestando nutrição e tecnólogo em alimentos. No final do ano passei em tecnólogo em alimentos mas não tinha como me manter, porque a faculdade desse curso não oferece bolsas. Desta forma foquei em prestar outras universidades, ficando assim mais um ano no cursinho, por que as universidades que queria eram mais concorridas. O que me fez acreditar ainda que podia passar nestas universidades nos cursos que escolhesse, foi ter passado neste curso em Marília, por que me vez ver que faltava pouco

para eu conseguir o que realmente almejava.

Nesse referido cursinho comunitário são os próprios alunos que dão aula, para contribuir para o andamento do cursinho. Ex-alunos que já ingressaram em universidades dão aulas voluntariamente; estudantes que já tenham dominado algum conteúdo, mas ainda não tenham passado nos vestibulares, também colaboram: assim a autora começa a dar aula em uma sala com número reduzido de alunos - cerca de 10 pessoas - na matéria de química. Aqui cabe ressaltar que os cursinhos surgem nos anos 90 como uma política de autores engajados e que se preocupam com a educação, e tem como objetivo transformar a realidade, proporcionando o ingresso ao ensino superior, em resposta a “baixa qualidade” da escola pública que não consegue garantir que os estudantes advindos desta consigam ir de encontro a uma universidade também pública (Castro, 2005). Assim estes cursinhos surgem desta demanda de preparar os alunos para o vestibular.

Como gostei de lecionar esta disciplina pensei em prestá-la. Mas antes disso fui conhecer o curso assistindo algumas aulas na universidade que um dos meus irmãos já estava cursando. Não entendi nada que o professor falava, porque fui assistir aula com o último ano de química. Nessa época comecei a lecionar no cursinho a disciplina biologia, e para uma sala maior, com 40 alunos. Esta experiência de dar aula no cursinho foi meu primeiro contato com a docência, e também contribuiu para me interessar em ensinar. Prestei Licenciatura em Ciências Biológicas na UFSCar Sorocaba³ e fui aprovada numa lista de espera na qual estava em 1020 lugar. Quando fui chamada estava quase desistindo, foi até uma surpresa, porque pessoas com uma classificação melhor que a minha não foram chamadas. A partir disso constatei que consegui entrar por causa da reserva de vagas.

A UFSCar, como já dito, mantém um sistema de reserva de vagas para estudantes que estudaram a vida toda em escolas públicas, e dentro destas uma cota para estudantes negros. O estudante preenche uma ficha com esses dados (baseado na auto-proclamação), mas não são divulgados quais candidatos foram aprovados por quota, para que não se crie um preconceito *a priori*. Nem mesmo os candidatos aprovados

³ A Universidade Federal de São Carlos é uma importante instituição no estado de São Paulo.

DA PERIFERIA À UNIVERSIDADE: AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS E POBRES

sabem (ao certo) isso: nesse caso a autora deduziu porque, casualmente, conhecia uma outra pessoa que estava na mesma lista de espera, numa colocação melhor que a sua e que apesar disso não foi chamada.

Aqui vale chamar a atenção para mais uma marca que o cursinho deixa: foi ao lecionar biologia (por ter certa facilidade com o assunto) que a autora encontra seu caminho na licenciatura (obviamente, não sem dúvidas) e opta pela biologia (ainda que sua meta inicial fosse nutrição). Dar aulas, nesse cursinho, *era uma maneira de estudar, já que você deve saber muito bem para poder ensinar.*

Passar nesta universidade foi muito importante pois motivou inúmeros alunos do cursinho onde estudei a prestar também. Isso porque até este momento ninguém sabia direito como era a prova da Ufscar, sem contar que achavam impossível passar, ninguém do cursinho tinha passado até este momento. Outro fator que contribuiu para o desconhecimento do processo para entrar na UFSCar decorreu do fato do cursinho focar muito em universidades estaduais. (Lembrando que a UFSCar é uma universidade federal que localiza-se em São Paulo, um estado onde há 3 grandes universidades estaduais – USP, Unicamp e UNESP)

Aqui explicita-se um dos grandes efeitos positivos na comunidade de origem: abrem-se as portas para um universo novo. Nesse caso específico, de estudantes de um cursinho comunitário comprometidos com o ensino e dedicados a prestar exames vestibulares, as notícias sobre uma universidade federal no estado são novas. É um estado com tres fortes universidades, e que ofuscam as federais. A informação que há mais chances, já que perspectivas de novas vagas se abrem, estimula os jovens. O fato de que uma menina da comunidade entrou numa dessas universidades, melhora ainda mais a auto-estima. A comunidade movimenta-se.

Mas outras informações, também animadoras, acabam chegando. Não apenas a isenção na taxa de inscrição do vestibular, como também a UFSCAR oferece bolsas de permanência para os estudantes, tais como: Bolsa moradia, Bolsa alimentação, bolsa atividade e transporte.

Eles arrumam uma moradia provisória para você ficar até que saia o deferimento das bolsas que foram solicitadas, então não ficamos na rua. Outra coisa que também fazem é fornecer

tíquetes para o restaurante universitário (RU) para que ao menos os alunos não tenham gastos com alimentação, o que já ajuda e muito. Sem estas ajudas eu não teria conseguido me manter na universidade.

Além dessas bolsas-auxílio, outras atividades da vida universitária e início da vida profissional foram significativas nessa trajetória: bolsa de iniciação docente e atividades de docência em escolas.

Considerações Finais

Encerramos este artigo com um trecho da narrativa produzida originalmente pela autora, na qual acreditamos estar sintetizadas as mais importantes transformações emancipadoras que esse percurso produziu.

A prática docente é uma das mais desvalorizadas e ao mesmo tempo mais gratificantes, e requer muito mais do que somente aquilo que aprendemos dentro da universidade – embora sejam cruciais os conhecimentos e amadurecimento que a vivência universitária permite. Realizar todas estas atividades, me fizeram pensar ainda mais sobre o que é preciso fazer para ser um bom professor-educador, e como conseguirei cumprir este papel agora que estou formada. Como quero atingir os alunos e como quero ser lembrada por eles. Todas estas reflexões sobre minha atuação só foram possíveis, por causa da entrada no ensino superior. Experiência que marcou decisivamente o modo como passei a ver o mundo, a criticidade que desenvolvi neste processo de formação. Importante dizer que a minha entrada na universidade só foi possível devido as ações afirmativas, que fazem a diferença. Elas colaboram para conquistar o direito de estar em uma universidade pública, porque é justo que uma aluna advinda de escola pública, sobretudo sendo negra, esteja numa universidade pública.

Finalmente concluo dizendo que no momento em que passei a pensar em fazer uma universidade, somente pensei como a maioria, ou seja, em fazê-la pensando apenas que o conhecimento serve a mim como sujeito, e não na superação das problemáticas vividas na minha comunidade. Um profissional que se formaria sem sequer tentar produzir conhecimentos que integrem o que vive, visando apenas o seu bem estar e sua

ARTIGO

DA PERIFERIA À UNIVERSIDADE: AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS E POBRES

prosperidade. Um profissional que se esquece de onde veio, e mais que isso, se esquece que se conseguiu algo em sua vida é fruto da contribuição coletiva, da qual ele passa a usufruir quando entra no âmbito acadêmico. E por isso que saio agora da universidade com a consciência que adquirir, tendo em vista que o conhecimento produzido na universidade deve ser colocado em prol da comunidade, e uma das maneiras que encontrei para tornar possível este meu objetivo é lecionar para que alunos assim como eu tenham a esperança que com esforço e dedicação é possível conseguir o que se almeja, é possível utilizar o conhecimento acadêmico em prol do outro, a fim de tirá-lo da sua condição de oprimido.

Relatar esta trajetória é como diz Nóvoa, retomar o passado a fim de se perguntar sobre o futuro e ter ferramentas que permitam se ter alguma conclusão sobre elas. É também como propõe Freire, enxergar e compreender que algumas atitudes tomadas pelo educador podem fazer com que o educando se sinta oprimido, como por exemplo, me sentia quando era estudante e uma professora assim como eu (negra e pobre) dizia que estudar em uma Universidade, ainda mais pública, era impossível e que nunca nem eu nem nenhum dos meus amigos conseguiríamos.

Esta narrativa juntamente com o conhecimento adquirido no decorrer da formação faz ver que esta professora, e muitas vezes todos que nos dedicamos à docência, estamos sujeitos a ter este tipo de pensamento, que é justamente o pensamento hegemônico de dominação fortemente difundido - ainda que de maneira velada. Observando estas contradições vigentes é importante observar e refletir mais uma vez sobre o que dizia Freire (2011): muitas vezes o oprimido se faz opressor quando passa a ter uma condição mais favorável. Esta narrativa remete ao pensamento de que o autoconhecimento nos faz lembrar de onde viemos para que as mesmas práticas alienantes e excludentes possam ser desconstruídas.

Por fim, e não menos importante, considerar que as práticas autoafirmativas devem ser valorizadas e defendidas, ainda que não seja possível reparar o dano histórico que sofreram os negros, é possível pensar na mudança futura. Considerar que as medidas das Ações Afirmativas são ineficazes é uma inverdade, visto o número crescente de estudantes negros que tem se formado na universidade depois da implementação

dessa política. E mesmo que seja paliativa, esta medida operando junto com a garantia de permanência faz com que o aluno tenha transporte, alimentação e condições de se formar em uma Universidade pública, gratuita e de qualidade como foi o meu caso. E aqueles que tiveram a oportunidade de se formar, assim como ocorreu no comigo, devem lutar também para que os alunos que estão atualmente nas escolas públicas tenham uma melhoria de ensino podendo, assim competir igualmente por uma vaga em uma universidade que é sua por direito, e para que os negros sejam valorizados nas suas diferenças, pois só assim fortalecerá a construção de sua identidade, reconhecendo que seu espaço não se limita a um muro de universidade, mais para qualquer lugar na sociedade que deseje ocupar.

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto. Presente e futuro dos direitos do homem. In: _____. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 25-47.

BOLIVAR, A. (Dir.). Profissão professor: o itinerário profissional e a construção da escola. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BRASIL - MEC/CAPES/FNDE : 2007 Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid> acesso em:10/02/2012.

CASTRO, C. A. CASTRO, C. A. Movimento de cursinhos populares: um movimento territorial? In: VII Coloquio Internacional de Geocrítica Santiago de Chile, 24-27 de maio de

2005. Pontificia Universidad Católica de Chile.

CARA, D. Lei das Cotas, vitória da sociedade civil in: GEA/FLACSO Brasil Democratização da Educação Superior no Brasil: avanços e desafios. Caderno GEA n.1, out 2012. Disponível em: http://www.flacso.org.br/gea/cadernos_do_gea.php acesso em:03/01/2013

CUNHA, Luiz Antônio. Educação pública: os limites do estatal e do privado. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de (Org.). Política educacional: impasses e alternativas. São Paulo: Cortez, 1995, p. 11-26.

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. 2ed. 4. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

ARTIGO

DA PERIFERIA À UNIVERSIDADE: AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS E POBRES

FERES Jr, J. Inclusão no Ensino superior: raça ou renda in: GEA/FLACSO Brasil Democratização da Educação Superior no Brasil: avanços e desafios. Caderno GEA n.1, out 2012. Disponível em: http://www.flacso.org.br/gea/cadernos_do_gea.php acesso em:16/01/2013

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GRAÇA, B.A et al. Condicionantes geoambientais no processo histórico da ocupação territorial do município de Guarulhos, estado de São Paulo, Brasil. *Revista Ung- Geociências*, V.6,N.1, 2007, pg.163-190.

GEA/FLACSO Brasil Democratização da Educação Superior no Brasil: avanços e desafios. Caderno GEA n.1, out 2012. Acessível em http://www.flacso.org.br/gea/cadernos_do_gea.php acesso em:17/-1/2013

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Texto para discussão. n. 807. 2001. Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

LAGANÁ, H.F.; MUNIZ, N.F.; MARINHO, J.N.; SOUZA. H.; NARDINI, M.G.; NOVAES, G.C.: Conectando saberes: ações afirmativas desde a perspectiva do estudante favorecido. In: XI Congresso Iberoamericano de Extensión Universitaria. Libro de Resúmenes, Santa Fé: 2011.

LIBÂNIO, José Carlos et al. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2010.

NÓVOA, A. A formação tem de passar por aqui: as histórias de vida no projeto PROSALUS. In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (Org.). O método (auto)biográfico e a formação. Lisboa:

MS/DRHS/CFAP, 1988.

NOVOA, A.; FINGER, M. (orgs): *O método (auto)biográfico e a formação* ed. UFURN, Natal., 2010

OLINDA, E.M.B.; CAVALCANTE JÚNIOR, F. S. (Org.). Artes do existir: trajetórias de vida e formação. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

Piovesan, F. (2008). Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. *Revista. Estudos Feministas*. (v.16), n.3, p.887-896.

Queiroz, D. M. e Santos, J. T. (2006). Sistema de cotas: um debate. Dos dados à manutenção de privilégio e de poder. Educação e

Sociedade, Campinas, v. 27, n. 96, pp. 717-737.

SAVIANI, Dermeval. O Trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias retirado de FERRETI, Celso, J. et alii (org) Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

SILVA, T. S.; LAGANÁ, H.F. Uma nova perspectiva de futuro através da possibilidade de ingresso na universidade pública e seu significado na vida de pessoas de classes sociais menos favorecidas. In: X Congresso Estadual Paulista sobre a Formação de Educadores, 2009, Águas de Lindóia/ SP. *Formação de professores e a Prática Docente: Dilemas contemporâneos*, 2009.

Recebido em: 06/03/2014 - Aceito em: 15/05/2014

ARTIGO